

ENTREVISTA José Eli da Veiga

“Brasil deveria estar na vanguarda ambiental”

MARCELO SOUBHIA/AGÊNCIA FOTOSITE

Segundo o pesquisador, o País precisa ser mais ativo junto à semi-periferia, levando propostas às mesas de negociações de um novo acordo para cortar emissões de gases de efeito estufa

LILIANA LAVORATTI
SÃO PAULO

O Brasil é o país com melhores condições objetivas de desempenhar papel semelhante ao do Reino Unido na vanguarda ambiental e deveria estar mais ativo junto à semi-periferia, formulando boas propostas conjuntas a serem colocadas nas mesas de negociações com as nações ricas.

A opinião é do pesquisador e economista José Eli da Veiga, da do departamento de economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), em Londres desde fevereiro dedicando-se a uma pesquisa sobre novos indicadores de desenvolvimento sustentável para substituir a medida tradicional do progresso, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita.

“É uma pena que as elites dirigentes brasileiras sofram tanto dessa espécie de complexo de inferioridade que as impede de assumir essa vocação de vanguarda na questão ambiental”, afirma o pesquisador em entrevista à Gazeta Mercantil.

Segundo ele, a incapacidade do País em deter os desmatamentos e as queimadas — que independe de novas descobertas ou invenção, ao contrário do que ocorre com as emissões de origem fóssil — é uma “vergonha muito parecida com a que levou o Brasil a ser uma das últimas nações a abolir a escravidão”.

Pesquisador-associado do Capability & Sustainability Centre (vinculado à Universidade de Cambridge), José Eli da Veiga acredita que qualquer proposta de acordo em torno de uma economia de baixo carbono só terá chances de vingar se garantir equidade entre três categorias de países: aponte para um estacionamento das economias centrais daqui algumas décadas, torne bem mais limpo o atual crescimento das economias semi-periféricas e promova a decolagem das economias periféricas. “Fora disso não haverá a equidade que permita consenso”, avalia.

Ainda de acordo com o pesquisador e economista brasileiro, com as evidências científicas disponíveis neste momento, é absolutamente troglodita a tese dos céticos de que o mundo deve continuar a esbanjar recursos naturais disponíveis em vez de investir na busca das inovações que engendrem a superação da era das energias fósseis. “Se os céticos estivessem certos, a humanidade só deveria ter se esforçado para sair do neolítico depois do esgotamento de todas as pedras disponíveis”, acrescenta.

Por tudo isso, ele defende que a revisão do Protocolo de Kyoto, em 2009, não se restrinja a prever metas de corte de emissão de gases de efeito estufa, mas também estabeleça punições. Na opinião do professor da FEA-USP, é preciso criar um organismo internacional que possa monitorar o cumprimento das metas, evitando a repetição do que ocorreu com as metas do Protocolo de Kyoto, ignoradas por alguns países desenvolvidos, emergentes e pobres. Da mesma forma, o acadêmico é favorável à extensão dessas penalidades à Organização Mundial do Comércio (OMC).

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Gazeta Mercantil — Qual sua opinião sobre o esforço que a Inglaterra está fazendo para enfrentar o aquecimento global e as mudanças climáticas?

Não poderia ser mais positiva. Na realidade, qualquer esforço efetivo de mitigação do aquecimento só poderá decorrer de uma forma inédita de cooperação internacional. Aos países centrais (maioria dos sócios da OCDE) deverão ser feitas dezenas de países semi-periféricos, entre os quais se destacam os chamados “emergentes”. Essa constatação foi feita há muitos anos pelo go-

verno britânico. E ela fez com que visse na persuasão dos governos dos demais grandes emissores de gases estufa uma das linhas básicas de sua política externa. É um caso em que o próprio interesse nacional depende diretamente da superação das clivagens geopolíticas que tomaram tão precário o Protocolo de Kyoto. Ou seja, é preciso entender que há anos o governo britânico vem desempenhando uma ação de liderança esclarecida.

GZM — O que pensa sobre o anteprojeto de lei que torna obrigatória para o Reino Unido a redução em 80% das emissões de gases de efeito estufa?

São metas muito ambiciosas que exigirão um complexo processo de adoção de inovações já disponíveis, mas, sobretudo, de descobertas de soluções tecnológicas ainda não conhecidas. Não é possível pensar que uma nação possa realmente cortar 80% das emissões de gases de efeito estufa e mudar a matriz energética se as demais também não estiverem indo na mesma direção, mesmo que com menos ambição. Daí a dupla importância da cooperação internacional. Primeiro para que todos os demais grandes emissores também assumam compromissos similares.

“O pior é que esse complexo de inferioridade do Brasil não vai mudar depois de 2010”

GZM — Essa mesma sinergia é necessária para os investimentos em Ciência e Tecnologia?

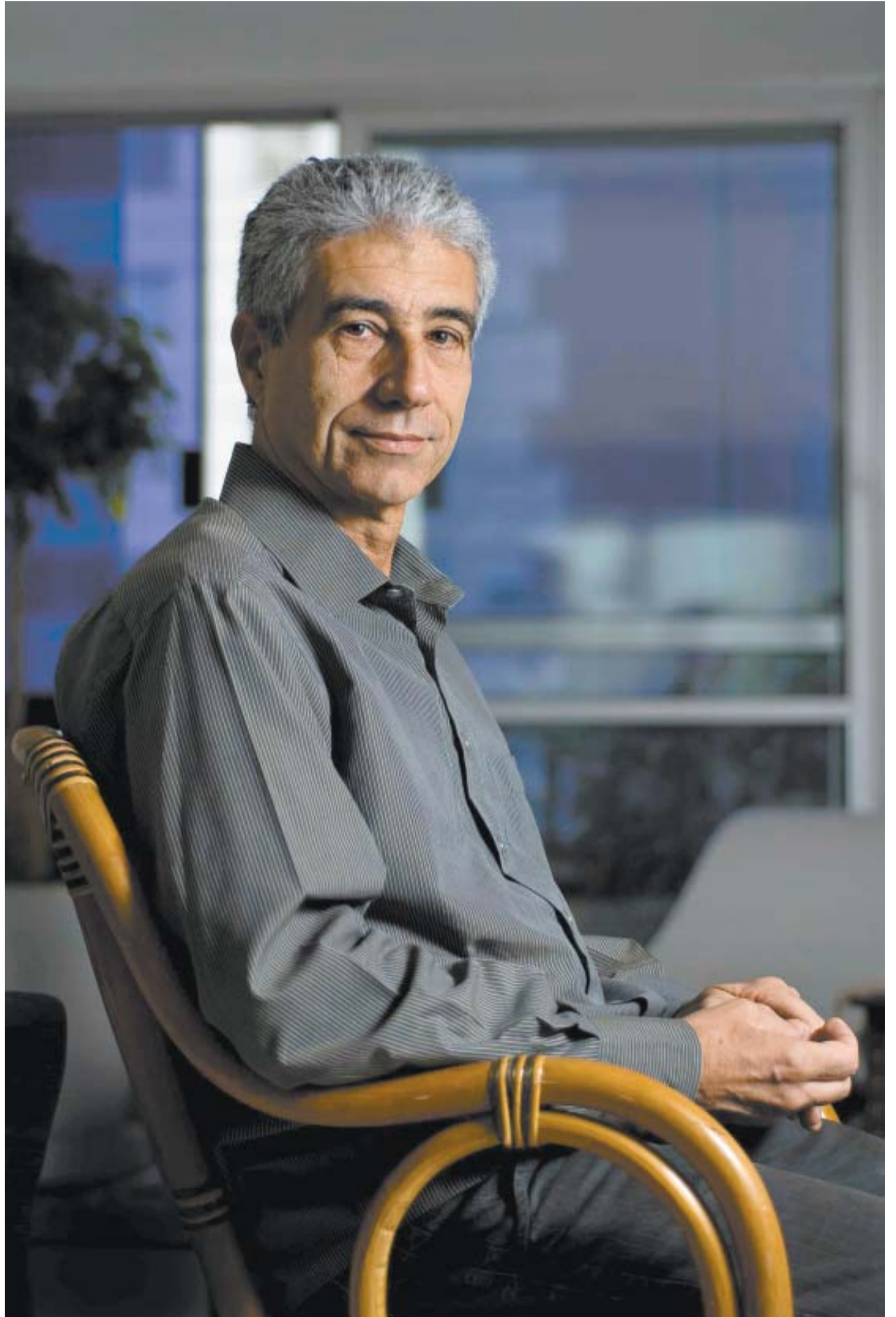
Sim, para que os investimentos em CT&I (Ciência, Tecnologia & Inovação) na área energética possam ser sinérgicos será necessário colocar no topo da agenda internacional um programa cooperativo de pesquisas concentrado na busca da superação das energias de origem fóssil. E tal programa já deveria estar sendo visto como uma necessidade tão ligada à mitigação do aquecimento, quanto à qualquer esperança de redução dos conflitos bélicos. Do ponto de vista temporal, essa ameaça à segurança global até antecede o impacto que o aquecimento terá sobre as condições de vida das futuras gerações da espécie humana.

GZM — Qual sua opinião sobre o posicionamento dos pesquisadores que alegam a insuficiência de provas científicas para prever mudanças climáticas extremas dentro de algumas décadas?

Ainda existe controvérsia científica sobre a mudança climática, e por isso essa minoria cética também deve receber recursos para continuar e ampliar suas pesquisas. Ainda, com as evidências científicas disponíveis neste momento, é absolutamente troglodita, além de irresponsável, essa tese dos céticos de que o mundo deve continuar a esbanjar recursos naturais disponíveis, como petróleo, carvão e gás, em vez de investir na busca das inovações que engendrem a superação da era das energias fósseis. Se os céticos estivessem certos, a humanidade só deveria ter se esforçado para sair do neolítico depois do esgotamento de todas as pedras disponíveis.

GZM — Qual sua expectativa em relação à conferência de Copenhague em 2009?

Avanço certamente haverá. Não apenas devido ao resultado das eleições americanas, mas principalmente por ter havido nos últimos 5 anos uma alteração radical na percepção coletiva sobre os riscos que envolvem a continuidade da insensatez que pre-



Eli da Veiga: fórmula só vingar se não admitir redução da velocidade do crescimento econômico dos países em desenvolvimento

valeceu em Kyoto. Então, o problema não é saber se o pós-Kyoto será ou não melhor. O difícil é avaliar a probabilidade de que os avanços sejam suficientes para que o novo regime venha a ser capaz de impedir que a elevação da temperatura neste século seja superior a 2 graus centígrados, ou que a concentração de gases estufa seja detida na faixa dos 400-450 ppm (partes por milhão).

GZM — O senhor acredita na possibilidade de um acordo viável para países ricos e pobres?

Só veremos isso acontecer se ocorrer um bom acordo prévio entre 30 nações-chave, 10 do Centro e 20 da Semi-periferia. E que esse acordo não se resume à fixação de metas. Também será necessário criar alguma organização internacional que possa monitorar e punir os países que não as cumpram. Da mesma forma que a Organização Comercial do Comércio (OMC) terá de punir os que transgridem as regras de comércio internacional. E já está claro que não adianta haver metas e possibilidade de punição se continuar tão barato emitir gases-estufa. O que significa que também deverá ser obrigatoriamente adotado algum mecanismo econômico mais eficaz que o atual “cap-and-trade” [sistema de captação e venda]. Ele funcionou bem para a chuva ácida porque o número de emissores era pequeno e

as soluções tecnológicas estavam na prateleira, prontas para serem adotadas. Exatamente o avesso do que ocorre com o carbono.

GZM — Em que bases um novo acordo deverá ser feito para prosperar?

Qualquer proposta de acordo só terá chances de vingar se garantir equidade entre três categorias de países, e não duas. É um equívoco raciocinar com a dicotomia de ricos e pobres, pois há muito tempo passou a ser muito relevante um grupo intermediário entre os trinta muito ricos e uma centena de miseráveis.

“A humanidade não precisou esgotar as pedras disponíveis para sair do período neolítico”

GZM — Então qual será a fórmula para uma convergência de interesses, especialmente dos emergentes?

A maior dificuldade é encontrar uma fórmula que seja aceitável para essa semi-periferia, pois ela já decolou, não pode admitir redução da velocidade de seu crescimento econômico, e tem muito menos capacidade de reduzir os teores de carbono de suas economias. Como as eco-

nomias da semi-periferia são bem mais sujas que as do centro, o ritmo de aumento de suas emissões tem sido duas vezes maior. Então, um acordo em torno da economia de baixo carbono precisa ser algo que simultaneamente favoreça três perspectivas. Primeiro, que aponte para um bem planejado estacionamento das economias centrais lá por volta de 2030, o que para o chamado primeiro mundo poderá ser muito benéfico em termos sociais, ao contrário do que pensam 99% dos economistas. Segundo, que possa tornar bem mais limpo o atual crescimento das economias semi-periféricas, questão que depende essencialmente de cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, pois a semi-periferia tem muita desvantagem nessa área absolutamente crucial. E terceiro, que promova a decolagem das economias periféricas. Fora disso não haverá a equidade que permita consenso.

GZM — Nesse contexto, o Brasil vai ocupar que papel?

Não há país que tenha melhores condições objetivas para desempenhar papel similar ao do Reino Unido junto aos países da semi-periferia. Por isso, deveria estar sendo infinitamente mais ativo para que essa semi-periferia formulasse boas propostas conjuntas a serem colocadas na mesa de negociações

com o grupo dos países centrais. Ainda, é uma pena que as elites dirigentes brasileiras sofram tanto dessa espécie de complexo de inferioridade que as impede de assumir essa vocação. Evidentemente só podem se envolver com a sua incapacidade de deter os desmatamentos e as queimadas, tanto no bioma das florestas amazônicas quanto no dos cerrados, pois isso não depende de nenhuma nova descoberta, ou invenção, ao contrário do que ocorre com as emissões de origem fóssil. É, aliás, uma vergonha muito parecida com a que levou o Brasil a ser uma das últimas nações a abolir a escravidão.

GZM — O senhor vislumbra alguma possibilidade de mudança dessa postura no horizonte das eleições presidenciais em 2010?

Esse complexo se manifesta hoje dentro do governo Lula, na completa inferioridade daqueles que já entenderam a importância da conservação ambiental para uma estratégia geopolítica que realmente possa corresponder ao interesse nacional. E o pior é que isso parece que também não vai mudar em 2010, pois os candidatos favoritos, dos dois lados, permanecem inteiramente cegos para essa questão por serem vítimas da bem conhecida obsessão pelo crescimento econômico a qualquer preço.